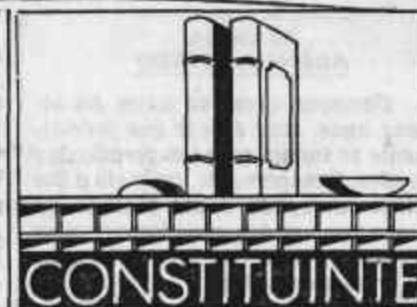


Constituinte começa a trabalhar hoje

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Com mais da metade dos 559 representantes filiados ao PMDB, instala-se esta tarde em Brasília a Assembleia Nacional Constituinte, eleita pelo povo em voto direto para a tarefa de redação da nova Constituição brasileira, a oitava do País. A solenidade será aberta às 16 horas pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves, e a ela estará presente também o presidente da República, José Sarney. Antes, às 9h30, às 10 horas, haverá a entrega dos diplomas dos constituintes e a prestação do compromisso. Amanhã, às 15h30, ainda sob a direção de Moreira Alves, será eleito o presidente da Assembleia Constituinte, que deverá



ser o presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães. A solenidade, que não deverá durar mais de 40 minutos, será realizada no plenário da Câmara dos Deputados.

A Constituinte não tem prazo determinado para elaborar a futura Carta e já a partir de amanhã, depois de eleito seu presidente, estará envolvida inicial-

mente com os problemas da regulamentação interna de seus trabalhos que, como o próprio texto da Constituição, vai depender sobretudo da vontade do PMDB. Sozinho, com 306 representantes (260 deputados e 46 senadores), o partido reúne 53 membros a mais que todas as outras 12 agremiações partidárias, que somam 253 constituintes.

COMPOSIÇÃO

Vem a seguir, como segunda bancada, o PFL, com 132 representantes (118 deputados e 14 senadores). O PDS é a terceira bancada com apenas 38 deputados e 5 senadores. O PTB tem 17 deputados e um senador, totalizando 18 membros. O PDT reúne 26 (24 deputados e dois senadores). O

PT tem 16 deputados e nenhum senador. O PMB (Partido Municipalista Brasileiro) tem um senador e nenhum deputado. O PL tem seis deputados e um senador, o PDC cinco deputados e um senador, o PCB e o PC do B não têm senadores e cada um conta com três deputados. O PSB tem um senador e um deputado e o PSC tem um deputado e nenhum senador.

Apenas esses constituintes, além dos servidores da mesa em serviço, terão acesso ao plenário da Câmara, com capacidade para apenas 454 pessoas sentadas, o que significa que 105 delas serão obrigadas a permanecer de pé.

As autoridades, incluindo os presidentes dos tribunais superiores, o corpo diplomático e co-

mandantes militares do Planalto, ficarão em 334 cadeiras das 935 existentes na galeria do plenário. A imprensa também ficará na galeria, com exceção de 18 repórteres de jornais e revistas, que ficarão no mezanino situado à esquerda da mesa. E 12 fotógrafos terão acesso ao plenário.

CERIMONIAL

O presidente do STF, Moreira Alves, será recebido ao pé da rampa do Palácio do Congresso e, logo a seguir, passará em revista a tropa da guarda de honra, dirigindo-se ao interior do edifício, onde estará sendo esperado pelos presidentes da Câmara e do Senado. Os três ficarão, depois, aguardando a chegada do presidente José Sarney, momentos antes da solenidade de instalação da Constituinte.

De acordo com o cerimonial, uma vez composta a Mesa, será executado o Hino Nacional pela banda dos fuzileiros navais e, fora do prédio, haverá uma salva de 21 tiros, enquanto a Bandeira Nacional será hasteada em dois mastros, um do lado da Câmara e outro do lado do Senado. A solenidade, logo após, se resumirá a um discurso do presidente do STF e da Constituinte.

As autoridades, incluindo os presidentes dos tribunais superiores, o corpo diplomático e co-

Brossard acha que pressão é sinal de descrença na democracia

CARLOS CHAGAS

A pressão de grupos populares e bobbies diversos sobre a Assembleia Nacional Constituinte significa descrença na democracia representativa, segundo a opinião do ministro da Justiça, Paulo Brossard. De qualquer forma, essa "marcha sobre Brasília", que está sendo esperada, não é, do ponto de vista da segurança, um problema do governo, mas sim da Mesa da Assembleia, em primeiro lugar, afirma.

Em entrevista a O Estado, o ministro da Justiça afirma que haverá uma interação entre o governo e a Constituinte e que acompanhará os trabalhos da Assembleia através dos partidos e dos líderes. Um representante do governo na Constituinte, Paulo Brossard não sabe se será possível, pois algumas pessoas acham que isso é inconstitucional.

O ministro espera uma Constituição para o Brasil de sempre, partindo do Brasil de hoje, que leve em conta as limitações históricas, geográficas, sociais e culturais. Ele defende a manutenção do papel das Forças Armadas na garantia da ordem interna. Em sua opinião, a não ser um parlamentarismo, o Brasil deve possuir um presidencialismo puro. Quanto ao funcionamento concorrente da Câmara e do Senado, Paulo Brossard pede que seja esta uma ideia mais bem pensada. Uma abstinência legislativa de seis, nove meses, no Brasil, não faria mal a ninguém.

Qual será o comportamento do governo federal diante da Assem-

bleia Nacional Constituinte? Haverá uma tentativa de influir?

Há determinadas realidades que, mesmo não escritas, existem. Quero dizer que há dois partidos que integram o governo, os quais têm uma representação altamente significativa na Assembleia. De modo que, faltando com toda a franqueza, acho que, querendo ou não querendo, não poderá deixar de haver uma determinada — e eu não saberia calcular — influência, relação, interação. Acho que seria fechar os olhos para a realidade se se disser que não haverá nenhuma ligação, que será como um convento separado do mundo. Embora não possa adiantar o grau dessa relação, acho que ela existirá. Não seria falar com seriedade, seria inclusive usar de hipocrisia, se eu dissesse que iria haver um muro entre o Palácio do Planalto, sede do Poder Executivo, e o Congresso Nacional, sede da Assembleia. Acho que estas realidades têm muito mais força do que as próprias convenções ou do que as próprias normas legais.

Quando o senhor disse que o go-

verno vai procurar uma interação com a Constituinte falou do ministro da Justiça? Ele já tem um comportamento definido?

Se estivéssemos em 1933, quando o dr. Getúlio Vargas nomeou o dr. Oswaldo Aranha para ser o líder da maioria na Assembleia... mas não estamos lá.

Como o sr. vai acompanhar a Constituinte?

Através dos partidos, dos representantes, dos líderes.

Não haverá um representante do governo na Constituinte?

Não sei! Algumas pessoas estão achando que não deve ter, porque parece que fica pecado, que é pecaminoso, incestuoso. Acho que essas coisas devem ser tratadas com objetividade.

Parece que o governo tem uma preocupação com o problema da reforma tributária, em que a União poderia ficar desguarnecida. Quem pode garantir que isso não vai acontecer?

Só os votos.

Como o governo tentaria influir nisso?

Em primeiro lugar, esse é um problema clássico de todas as Federações. Num Estado unitário, não existe esse problema. Mas no Estado unitário, onde existem pelo menos duas ordens, a União e o Estado — e no Brasil existem três: a União, o Estado e o Município — o problema da reforma tributária é um dos grandes problemas. Na divisão de competências, diz-se que um legisla sobre isso e o outro sobre aquilo. Mas quando se chega no dinheiro... O município quer mais e merece, o Estado quer mais e merece, a União, se não quer mais, porque vê que os outros não tem mais e não tem de onde tirar, raciocina que não pode perder, a menos que fique desobrigada, de certos serviços. De modo que este é um problema sério.

Eu só imagino as reivindicações que não vão aparecer, especialmente para os municípios, porque há uma corrente municipalista.

É preciso dizer, contudo, que nem tudo está em verba, que nem tudo está em receita. Nos municípios brasileiros — e isso é história — a função municipal era muito mais honorífica do que remunerada, os vereadores, historicamente, não eram remunerados. Era um ônus público que a pessoa aceitava e desempenhava até com orgulho. Foi depois do hiato constitucional de 37/46 que os vereadores passaram a ser remunerados. Hoje, a remuneração dos vereadores está vinculada à dos deputados, e a dos deputados à dos deputados federais, e assim por diante. Há vereadores que ganham mais do que ministro-presidente do Supremo Tribunal Federal, do que governador do Estado, do que presidente da República. De modo que é preciso um pouco de cautela nessas coisas.

Outra coisa: há certos Estados para os quais não há reforma tributária que baste, por causa da falta de critério. Se for falar sobre isso, levase a pedra.

Ministro, parlamentarismo, presidencialismo ou sistema Roberts Close?

Parlamentarismo. A não ser um parlamentarismo de verdade, que seja então o presidencialismo. Essas combinações, esse bissexualismo não dá. Defendo o sistema parlamentar, que é extremamente simples. A sua excelência está na simplicidade: baseia-se em duas ou três regras. Agora, uma quebra-baixa, a outra não funciona.

Dentre esses novos direitos criados pelo mundo moderno, o senhor incluiria o direito à paisagem, o direito à ecologia, no capítulo dos direitos e garantias individuais, ou deixaria para a lei?

É fácil colocar um artigo até bem bonito, nos direitos individuais. Talvez fosse mais topográficamente próprio colocá-lo na seção da educação e cultura, da ordem econômica e so-

cial, como valores a serem preservados. Pode-se colocar? Pode, como direito individual fica com seu exercício um pouco complicado. Para se colocar direito individual que não seja exercitável, creio ser melhor ter-se um pouco mais de recato.

As Forças Armadas, ficariam à margem da missão de garantir a ordem interna?

Em todos os países as Forças Armadas servem para garantir a ordem, que não tem subdivisões, até porque se fôssem racionar assim, como não temos guerra — e quantas

Acho que, na situação em que estamos, é preciso ver o que é mais importante, qual a prioridade. Até porque uma abstinência legislativa de seis meses ou de nove meses não faria mal a ninguém. Temos tantas leis, no Brasil, que o problema não é de leis, mas de não ignorá-las.

O sr. não acha necessário que o Executivo receba uma delegação legislativa?

Não. E chegarei lá. Sou o primeiro a reconhecer que pode haver, amanhã, uma grande questão nacional em que haja necessidade de um pro-

têm limitações intransponíveis. Ela é livre e soberana — e não há dúvida alguma — mas vai fazer uma lei para o Brasil deste momento, mas para o Brasil de sempre, partindo do Brasil deste momento. Depois, ainda há aquelas limitações históricas, geográficas, sociais, culturais. Acho que não passaria pela cabeça de ninguém apresentar um projeto de lei estabelecendo que o catolicismo, que é a minha religião, fosse a religião oficial. Ela já foi, até 1890. Hoje, seria algo que não tem correspondência com a realidade, com o mundo, com as realidades mundiais.

Da mesma forma, não passaria pela cabeça de ninguém estabelecer que uma das religiões afro seja a religião do País.

Imaginei só se, já que a Constituinte é livre e soberana, ela estabelecer que a fronteira meridional do Brasil seja no Rio da Prata — a Assembleia pode fazer isso? Não pode. Mas fica tão bonitinho assim, acompanhando a linha... Mas não é livre e soberana? E. Mas não pode. Então, há limitações históricas e geográficas.

Vamos, então, reafirmar que a escravidão foi uma nódoa, que foi uma instituição sinistra. Desta forma, dentro de 48 horas todos os descendentes de escravos devem voltar para a África. Pode colocar isso na Lei. Seria cumprido? Claro que não. É livre e soberana mas não pode fazer uma série de coisas. O grande interesse de todo o País é que saia uma Lei apropriada, uma Lei adequada ao nosso País, às nossas realidades. E, que, no final das contas, nossos erros sejam nosso maior patrimônio. Vamos olhá-los para não voltarmos a cometê-los. Vamos fazer uma lei que tenha viabilidade, vitalidade. Vamos, entrar, aqui, num outro terreno, e que é um terreno interessante. E, aliás, me constrange como brasileiro. Já não sei mais qual é. É livre e soberana mas não pode fazer uma série de coisas. O grande interesse de todo o País é que saia uma Lei apropriada, uma Lei adequada ao nosso País, às nossas realidades. E, que, no final das contas, nossos erros sejam nosso maior patrimônio. Vamos olhar para a nossa vizinha Argentina, ela tem tido tantos insucessos constitucionais como nós. Tem tido muitos problemas semelhantes e parecidos aos nossos. Cada vez que a Argentina ressurge para a ordem legal, ela tem a consciência cívica, política, patriótica da velha Constituição de 1853, com pouquíssimas emendas, com emendas mínimas. E olha que tem havido colas naquele país.

O povo acredita que a futura Carta poderá solucionar os grandes problemas brasileiros.

Aí está. O que é uma Constituição? Há pessoas que vão dizer — e outras que vão explorar — que a Constituição não resolveu o problema do aluguel, que não resolveu o problema do inquilinato, que não resolveu a seca do Nordeste. A Constituição não é peça milagreira, mas uma lei feita por homens e para homens, que visa disciplinar a ação dos governos e as suas relações com os cidadãos. Simplificamos tudo. Corremos o risco, aliás, de pretendermos colocar tudo na Constituição. Então, não teremos uma Constituição, mas um guia telefônico.

PODE-SE EVITAR ISSO?

Pela consciência de quem trabalha, pela consciência e pela qualificação dos congressistas, dos constituintes que vão elaborar. E acho que por todos os que têm um poder de influência, principalmente a imprensa, o rádio, a televisão, que podem mostrar que não é pelo tamanho das Constituições que elas valem. A Constituição francesa — e a França não é um país de segunda ordem — não tem cem artigos. No Japão, a Constituição tem 103 artigos. A da

Suécia tem 133 artigos. Estou falando de Constituições de pós-guerra, e não em Constituições antigas. A da Suécia é de agora, pois tem 10 anos. As constituições da China e da Rússia são das mais novas e têm 150 artigos, cada uma delas. E ambos os países são continentes, com uma variedade racial, com várias nações. E nem falo das Constituições anteriores à guerra, e muito menos das Constituições seculares. Estou falando apenas das Constituições atuais, do nosso tempo, posteriores à II Guerra. E, sem falar das mais novas, elas foram elaboradas entre as dores e as contorsões da guerra, como a do Japão, a Alemanha — a Constituição de Bonn — e a Itália. A Constituição francesa foi feita por uma comissão de cinco juristas e depois foi submetida a um referendo. O voto do presidente De Gaulle foi aprovado a Constituição francesa.

Está-se falando em marcha sobre Brasília, em grupos populares organizados para virem pressionar.

Isto significa só uma coisa: a descrença na chamada democracia representativa. Só isto. Ou se aceitam as regras da democracia representativa ou não se aceitam. Até porque quem votaram em 15 de novembro? Quantos? Há um fato interessante, contudo. Há pessoas que não tiveram a coragem de se candidatos, mas agora querem exercer pressão aqui. É muito interessante. Por que não foram candidatos? E se tivessem sido eleitos poderiam, afinal de contas, através da palavra, da ação, do

talento, da coragem, influir de alguma forma. Agora querem fazer uma democracia de galeria.

E o governo está preparado para isto do ponto de vista da segurança?

Isso é um problema, em primeiro lugar, da Mesa da Assembleia.

Certamente vai haver muito acampamento na praça dos Três Poderes.

Não é de hoje. Por que os Estados americanos — a começar pela União Americana — têm suas capitais em cidadeszinhas de terceira ordem? Certamente para sair disso. Até porque, no início da União, como o exército continental não recebia o soldo, reunia-se nas vizinhanças. O Congresso para insultar, para dizer algumas coisas das mães dos congressistas. Então, tomaram essa providência prática, empírica, sáxiante, situando as capitais em cidades pequenas.

O problema inicial é da mesa da Assembleia. Porém, há um resíduo que é do governo federal, porque para chegar à Assembleia...

Vamos colocar pela ordem.

(PMDB-SP) não gostou do isolamento com cordas do plenário e do próprio Congresso, "afinal esta é a Casa do povo", comentou, enquanto procurava junto com o deputado Roberto Cardoso Alves, o local da reunião da bancada do PMDB paulista. Eles acabaram no encontro do PDT, que se antecipou e se reuniu na Comissão de Constituição e Justiça, onde o PMDB também marcou o seu.

No interior do Congresso já começou um esquema rígido de segurança com os 260 agentes da Câmara e do Senado, enquanto o lado da rampa do Congresso, junto com a Secretaria de Segurança do Distrito Federal, inicia as seis horas de hoje, com a presença de 600 policiais militares.

Operação-limpeza prepara Congresso para instalação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Uma gigantesca operação limpeza envolvendo 320 trabalhadores, entre faxineiros, carpinteiros, pinheiros e eletricistas, deixou o Congresso Nacional pronto ontem, para a instalação da Constituinte. A movimentação política diminuiu, havendo apenas reuniões das bancadas do PFL com presença especial do deputado Ulysses Guimarães, do PDT e do PMDB de São Paulo.

Alguns deputados novos aprovaram para conhecer melhor a Câmara, passando pelos corredores, como Onofre Correia (PMDB-MA), que mostrava o plenário para os filhos e para a mãe, dizendo: "Preciso conhecer meu ambiente de trabalho". Já o deputado Perez Na-



Alencar Monteiro

O Congresso está sendo maquiado para receber constituintes

As faxineiras limpavam as paredes, ao mesmo tempo que os partidários da candidatura do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) sujavam tudo de novo, colando cartazes de sua campanha para a 3ª secretaria da mesa da Câmara. A operação limpeza foi tão intensa, que até os quebra-molas de acesso ao Congresso foram pintados.

Os telões também estão montados, assim como um palanque e cadeiras, ao lado da rampa do Congresso, junto com potente aparelhagem de som, que ontem já recebia os primeiros testes. No final da rampa um longo tapete vermelho foi estendido